

MEIO AMBIENTE

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

Representação

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

Representante



1º Suplente

Wilson de Azevedo Filho

Representante da Associação das Empresas Mineradoras das Águas Termais de Goiás (AMAT)



2º Suplente

Vinícius Rocha Crespo de Oliveira

Advogado

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ)

(Compareceu)

Ações

Reunião extraordinária realizada no dia 17 de março de 2021

Com a presença de representantes do governo federal, conselhos estaduais de recursos hídricos, usuários e sociedade civil, a reunião foi aberta pela analista ambiental Roseli dos Santos, da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), e presidida pelo secretário nacional de Segurança Hídrica, Sérgio Costa. Após cumprimentar os conselheiros e destacar alguns pontos importantes da pauta, Costa lamentou o falecimento de Luiz Moretti, secretário-executivo dos Comitês PCJ, e Mário Tadros, vice-presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas (Fecomércio-AM). Foi conferido um minuto de silêncio em homenagem aos dois conselheiros.

Em seguida, Costa convidou os conselheiros para participar dos debates promovidos em comemoração ao Dia Mundial da Água (22/03). Em sua explanação, ele solicitou apoio dos setores na construção da pauta hídrica, e o representante da Agência Nacional de Águas (ANA) destacou que, apesar de todas as adversidades da pandemia, a agenda dos recursos hídricos continua avançando no processo de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

1. Programa Águas Brasileiras

O Programa Águas Brasileiras busca ampliar a quantidade e a qualidade da água disponível tanto para consumo quanto para o setor produtivo, de forma a fomentar o desenvolvimento regional e garantir mais qualidade de vida à população. O programa é composto pelos Ministérios do Desenvolvimento Regional (MDR), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Meio Ambiente (MMA) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e, também, da Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com estados e municípios.

Entre outras medidas, ele enfatiza a revitalização de bacias como possibilidade de negócio, seja pelo mercado de carbono ou mesmo no green marketing. Na pesquisa

realizada em parceria com o setor empresarial, os dados apontam que 73% das empresas manifestaram interesse em participar do programa de revitalização de bacias hidrográficas.

Foram apresentados 48 projetos para os oito eixos constantes do Programa Águas Brasileiras – superando a expectativa do governo federal. Ao fim, foram aprovados 26 projetos. A mecânica do programa funciona da seguinte maneira: as empresas apresentam o projeto e, havendo interesse na execução daquele projeto (ex.: compensação ambiental), é feita uma parceria entre estas empresas (patrocinadora e executora) com apoio administrativo do Poder Público. O programa pretende ainda conferir o Selo Águas Brasileiras em duas categorias: empresa patrocinadora e empresa autora do projeto.

O CNRH manifestou interesse na construção do Programa Águas Brasileiras, uma vez que ele, pelo que foi informado, ainda está em fase de criação e adequação. Foi deliberado e aprovado por unanimidade a competência da Câmara Técnica de Integração com a Gestão Ambiental e Territorial (CTGAT) para acompanhar, informar e discutir a adoção das melhorias necessárias ao programa.

Página oficial do Programa Águas Brasileiras: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/programa-aguas-brasileiras>

2. Programa de Trabalho e proposta orçamentária anual da Secretaria Executiva do CNRH

O art. 46, inciso V, da Lei nº 9.433/1997 impõe à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, (...), “elaborar seu programa de trabalho e respectiva proposta orçamentária anual e submetê-los à aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos”.

Ante a imposição legal, a Secretaria Executiva apresentou o cronograma para o ano de 2021. A previsão é que ocorram cinco reuniões plenárias e 32 reuniões de câmaras técnicas, além das reuniões e oficinas de construção do novo Plano Nacional de Recursos Hídricos, com a expectativa de ser aprovado na última Plenária do CNRH, no dia 15 de dezembro de 2021.

Outro ponto abordado foi a reestruturação da página do Conselho – ainda em construção, o novo site foi apresentado pela Secretaria Executiva do CNRH (www.cnrh.gov.br).

Assim, para o ano de 2021, a Secretaria Executiva orçou o custo final de R\$ 346.500. Posto em votação, a previsão orçamentária foi aprovada por unanimidade.

3. Apresentação das atividades do CNRH no período 2019-2020

De forma cronológica, foram apresentados os principais destaques ocorridos em 2019 e 2020 no âmbito do CNRH. Em janeiro de 2019, houve uma grande reformulação administrativa, com a migração do CNRH para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Isso gerou um hiato, e somente em setembro de 2019 foi publicado o Decreto Federal nº 10.000, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Em novembro são realizadas assembleias setoriais (Poder Público, usuários e Sociedade Civil), e no último mês do ano é realizada a única reunião plenária do

Conselho. Em 2019, a 42ª RE do CNRH aconteceu no dia 11 de dezembro, com a posse da nova Plenária e a criação de um Grupo de Trabalho para que, no âmbito da Câmara Técnica de Assuntos Legais (CTAL), fosse elaborada uma minuta de resolução do novo Regimento Interno do CNRH, dentro dos novos parâmetros legais constantes do Decreto Federal nº 10.000, de 3 de setembro de 2019.

Em 2020, antes da situação de emergência em virtude da Covid-19, no mês de fevereiro foram realizadas reuniões de Câmaras Técnicas, e no dia 13 de março foram suspensas todas as reuniões presenciais. Com a pandemia, o CNRH (assim como outros coletivos) suspendeu grande parte das suas ações rotineiras, que foram retomadas em junho com reuniões virtuais.

Por fim, a Secretaria Executiva apresentou os dados das reuniões ocorridas em 2020, com a realização total de seis encontros: foram publicadas 14 resoluções, duas moções e um comunicado, além de sugestões de ações e medidas adotadas por cada Câmara Técnica.

4. Resultado da consulta sobre temas prioritários para a elaboração da agenda estratégica do CNRH para o biênio 2021-2022

O CNRH abriu uma consulta exclusiva aos seus conselheiros sobre quais temas devem compor a agenda prioritária para o biênio 2021-2022. Com a condução de Irani Braga Ramos, representante da Câmara Técnica de Integração com a Gestão Ambiental e Territorial (CTIGAT) do MDR, foi apresentada uma consolidação gerencial das propostas enviadas até o dia 12 de fevereiro pelos conselheiros do CNRH.

Numa visão macro, foram apresentados alguns dados gerenciais da consulta, dentre os quais destacamos a efetiva participação de todos os segmentos do CNRH, com 23 representantes divididos em 12 titulares, seis na qualidade de 1º suplente e cinco na de 2º suplente. Das 71 propostas, já que cada instituição poderia apresentar até três agendas, foram apresentadas 33 de âmbito federal (liderando o Ministério da Economia, com um total de nove); 23 para o setor de usuários (liderado pelo segmento de pesca, lazer e turismo, com seis); 12 dos conselhos regionais (sendo três de cada conselho); e três das organizações técnica de ensino e pesquisa (ONGs).

Permaneceram 66 propostas diferentes, que foram avaliadas e divididas por: clareza do assunto (sujeito do objeto); e clareza do comando (verbo). Depois, no mérito, houve separação por tema, divididos em segurança de barragens, cobrança, outorga, planejamento, saneamento, reuso, entre outros. Além de já servir de base e aprendizado para as próximas consultas, esse sistema de consolidação será um facilitador no encaminhamento às Câmaras Técnicas correlatas as suas competências.

O conselheiro do CNRH Wilson Azevedo, representante do setor na qualidade de 1º suplente, destacou a necessidade de revisão da composição da plenária do Conselho, visando garantir uma efetiva homogeneidade em sua composição, visto que atualmente ela é composta por 76% de representação governamental.

5. Andamento das agendas do processo de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos

Conduzida pela coordenadora-geral de Política e de Planejamento de Recursos Hídricos 2022-2040, Adriana Lustosa, o projeto de renovação do PNRH vem sendo

discutido pela ANA e demais atores desde 2019, com premissas de metodologia, garantindo sobretudo a participação de todos os atores. Em virtude da pandemia, as agendas presenciais da construção do Plano precisaram ser adiadas, e, por essa mesma razão, houve a necessidade de prorrogação do vigente PNRH.

O calendário do processo de atualização do PNRH prevê, nesta fase, a construção de oficinas regionais, com início no dia 30 do corrente mês na Região Sul, passando na sequência pelas Regiões Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Nordeste, totalizando praticamente uma oficina de trabalho ou seminário por semana. É importante ressaltar que, a princípio, todas as reuniões serão realizadas por videoconferência.

Além da segregação regional, haverá, na discussão do PNRH, uma separação setorial, dividida por segmento. Por fim, serão realizadas oficinas temáticas, com temas transversais que, por vezes, acomodam mais de um assunto do Conselho.

Será constituída ainda uma fase de pactuação com o objetivo de definir os objetivos e metas do Plano, contando com a participação dos principais órgãos dos governos federal e estadual e dos comitês de bacias de rios de domínios da União. O processo construído será encaminhado à CTAL e, por último, para deliberação e aprovação da Plenária do CNRH. A expectativa é de que isso ocorra em dezembro deste ano.

O Estado de Alagoas não constava no projeto de elaboração do PNRH, mas após o destaque do representante alagoano, a Coordenação do projeto agradeceu pela leitura do documento e reconheceu o equívoco na ausência. Outra intervenção sobre o tema veio destacar as dificuldades existentes na construção do Plano neste momento de pandemia. No entanto, a gestão descentralizada e participativa deve ser garantida na construção do PNRH.

Em assuntos gerais, a Secretaria Executiva informou sobre a reunião da Câmara Técnica de Outorga, ressaltando o cronograma prévio das reuniões plenárias tanto do Conselho quanto das Câmaras Técnicas.